

# JURISDIÇÃO

## PRINCÍPIOS

- **P. da Investidura**  
(= transmissão do poder jurisdicional ao juiz)  
(que exercerá a atividade jurisdicional)
- **P. da Territorialidade**  
(a jurisdição deve observar as regras de competência territorial + aderência ao território nacional)
- **P. da Indelegabilidade** → as técnicas de cooperação não configuram exceção!  
(externa = o judiciário não pode delegar a outros poderes)  
(interna = a jurisdição é fixada por normas impessoais)
- **P. da Inevitabilidade**  
(as partes são vinculadas ao processo e sujeitas aos efeitos da decisão judicial)
- **P. da Inafastabilidade**  
(= indeclinabilidade da jurisdição)
- **P. do Juízo Natural**  
(vedação dos tribunais/órgãos de exceção + só a autoridade competente pode julgar)

## ASPECTOS GERAIS

= "dizer e efetivar o direito"

- **atuação estatal** por intermédio do **processo** para **solução de conflitos**.
- o **juiz** necessariamente irá **participar** para aplicar o direito objetivo ao caso concreto.
- **resultado** = solução da lide com definitividade + pacificação social (apaziguar o ânimo das partes)

## CARACTERÍSTICAS

- solução por terceiro imparcial
- substitutividade → a vontade individual da parte é substituída pela do Direito
- lide (não essencial)
- inércia (princípios da demanda e da congruência)
- definitividade (faz coisa julgada material)
- atuação no caso concreto
- ausência de controle externo  
= imutabilidade ou reserva de sentença (só há controle interno das decisões)
- atividade criativa → adjudicação da norma específica para o caso concreto
- imperatividade
- inevitabilidade

## ESPÉCIES

TIPO	CLASSIFICAÇÃO	
QUANTO AO OBJETO	Jurisdição Penal	Matéria penal
	Jurisdição Civil	Matérias não penais
QUANTO AO ÓRGÃO	Jurisdição Inferior	Sujeita a recurso
	Jurisdição Superior	Esfera recursal (em regra)
QUANTO À MATÉRIA	Jurisdição Especial	Trabalho, Eleitoral e Militar
	Jurisdição Comum	Demais "Justiças"
QUANTO À LITIGIOSIDADE	Jurisdição Contenciosa	Há conflito de interesses
	Jurisdição Voluntária	Ações constitutivas necessárias

# JURISDIÇÃO

## MEIOS ALTERNATIVOS

- arbitragem
- equivalentes jurisdicionais:
  - autotutela
  - transação { conciliação  
renúncia  
submissão
  - mediação
  - tribunais administrativos

## LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

- Orientada pelo **Princípio da Territorialidade**.

## JURISDIÇÃO INTERNACIONAL CONCORRENTE

- Admite-se atuação da **jurisdição civil brasileira e internacional** a sentença terá validade se homologada pelo STJ
- Nas situações taxadas nos arts. 21 e 22 do CPC.

## JURISDIÇÃO NACIONAL EXCLUSIVA

- Compete apenas à **autoridade judiciária brasileira**:
  - conhecer ações relativas a imóveis no Brasil
  - confirmação de testamento particular, inventário e partilha de bens no Brasil (em sucessão hereditária)
  - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável

com exclusão de qualquer outra

## COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

- suas regras devem ser estabelecidas em **tratados internacionais** (ou via técnicas de reciprocidade)
  - não se exige reciprocidade para homologação de sentença estrangeira

## MECANISMOS

⚠️ **IMPORTANTE!**

- tratados internacionais
- cartas rogatórias
- homologação de sentença estrangeira
- extradição
- auxílio direto

## CARTA ROGATÓRIA

- = pode ser utilizada para **atos de comunicação** e de **conteúdo decisório**.
  - exigem:
    - prévia **homologação pelo STJ** para sentenças
    - concessão de *exequatur* para decisões interlocutórias
  - o STJ deve analisar os requisitos, não o mérito **⚠️ ATENÇÃO!**
- pode ser exigida expressamente no tratado internacional

## AUXÍLIO DIRETO

- = feito diretamente perante uma **autoridade central** que coordena o envio/recebimento de atos de cooperação.
  - dispensa prévia homologação pelo STJ